

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.567 - MG (2019/0237965-7)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : DIEGO PEREIRA DE CARVALHO (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 171):

EMENTA: *HABEAS CORPUS* – ANÁLISE DE INCIDENTES DE EXECUÇÃO – NOVA CONDENAÇÃO – UNIFICAÇÃO DAS PENAS – ALTERAÇÃO DO MARCO INICIAL PARA OBTENÇÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS – VIA IMPRÓPRIA - TJMG COMO AUTORIDADE COATORA.

- O *Habeas Corpus* não se mostra como via adequada para análise dos incidentes da execução da pena, tal como a alteração do marco inicial para a concessão de benefícios. O *writ* é instituto com assento constitucional que se destina à defesa da liberdade de ir e vir, e não à universalidade de substituto recursal.

- Falece de competência este E. Tribunal de Justiça para analisar o presente pedido de *Habeas Corpus*, por figurar como Autoridade Coatora, vez que, em julgamento do Agravo em Execução interposto pela IRMP, deu provimento ao recurso para determinar o trânsito em julgado como marco para aquisição de novos benefícios da execução, o que enseja a competência do Superior Tribunal de Justiça para apreciação da demanda, conforme rege a Constituição Federal, em seu artigo 105.

O recorrente narra que A Defensoria Pública requereu a soma das penas do Recorrente com fixação da última prisão como data-base para futuros benefícios. O Juízo de piso deferiu o pleito, porém o Tribunal ad quem, em recurso do parquet, reformou a decisão, estabelecendo como data-base o último trânsito em julgado. Irresignada com a ofensa a jurisprudência pacificada por meio do julgamento do REsp nº 1.557.461/SC pela 3ª Seção do STJ, a Defensoria Pública impetrou Habeas Corpus, todavia não foi conhecido por ilegitimidade da autoridade coatora, visto que seria o Tribunal ad quem, e não o Juízo de piso, a autoridade coatora na medida em que foi quem proferia a decisão impugnada (fl. 185).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja determinado ao Tribunal *a quo* apreciar o mérito do *habeas corpus* lá impetrado, ou, subsidiariamente, seja fixada como data-base a última prisão do recorrente como marco para progressão de regime (fl. 187).

Entretanto, conforme informações de fls. 206/218, verifica-se a

# *Superior Tribunal de Justiça*

superveniência de nova decisão do Juízo de 1º grau em 3/7/2019, posterior ao acórdão impugnado, datado de 29/5/2019, em que se somou as penas do recorrente, determinando-se a data da última prisão como marco para futuros benefícios, a qual transitou em julgado.

Desse forma, encontra-se superada a discussão proposta.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

